

## O DESAFIO DA EUROPA SUSTENTÁVEL \*

1. Pensar a Europa não significa necessariamente pensar sobre as instituições da União europeia, sobre os seus percalços — como o atual *Brexit* —, sobre os "seus" políticos, sobre os fundos estruturais, ou até sobre dimensões mais lúdicas e recreativas, como a *Champions League* ou o *Eurofestival da canção*. Pensar a Europa deve ser muito mais do que isso, pois muitos mais são os méritos que a mesma transporta e que, na maior parte das vezes, não são devidamente evidenciados. Tendo isto presente, pensamos que seria conveniente refletir sobre o maior mérito que a Europa tem em si: a ideia de civilização respeitadora, que serve de modelo para a humanidade. É exatamente sobre esta Europa civilizacional e elevada que aqui pretendemos trazer algumas reflexões, principalmente direcionadas às gerações mais novas, tentando demonstrar que, apesar das fragilidades e falhas — algumas bastante graves, históricas e atuais —, ainda assim, merece ser olhada com admiração e, principalmente, com sentimentos de dever e responsabilidade. Já se vê que, nas considerações que se seguem, "Europa" não se confunde com "União Europeia", embora não possa deixar de se reconhecer que esta última deu um decisivo impulso no sentido da defesa das ideias que aqui apresentamos.
2. Segundo cremos, não existe modelo de existência comunitária mais equilibrado do que aquele em que Portugal se insere e que poderemos, por facilidade, denominar "Modelo europeu". Trata-se de um modo de perspetivar a existência humana que assenta no postulado da dignidade das pessoas, na tentativa de buscar a plena realização destas nos mais diversos domínios, acreditando simultaneamente que uma vivência equilibrada pressupõe sempre dimensões que transcendem a individualidade. Uma pessoa não existe isolada nem considerando apenas uma dimensão da sua vida. Existe integrada (mesmo que com pouca consciência dessa integração) e apenas se realiza plenamente quando as diversas facetas da sua existência se encontram ponderadas e devidamente calibradas: afetos, finanças, saúde e trabalho (ordem propositadamente alfabética, pois a valoração destes fatores é extremamente subjetiva). Todas essas facetas são importantes, pois ninguém estará realizado se tiver

---

\* Artigo originariamente publicado em *Quorum: revista de reflexão política da Juventude Social Democrata (JSD)*, 3, maio de 2019, pp. 44 e ss. disponível em <https://issuu.com/jsdnacional1/docs/3quorum>

dinheiro, trabalho e amor, mas lhe faltar, por exemplo, saúde; do mesmo modo que ninguém se sentirá pleno, se for saudável e tiver afetos, mas lhe faltar trabalho ou dinheiro. Evidentemente que todas estas dimensões deverão, ao longo da vida, estar equilibradas e harmonizadas, sendo seguro que não existirá *quase ninguém* que as considere perfeitamente adquiridas e, conseqüentemente, se considere a si mesmo plenamente realizado. De resto — e aqui deveremos centrar a nossa atenção — a plena realização de uma pessoa não passa apenas pelas suas próprias atuações, mas depende, e muito, da atuação da comunidade e de instituições que a transcendem. E o Estado tem um papel fundamental: é ele quem vai poder ajudar nas situações de carência e desamparo, providenciando apoios e meios para quem, pela simples natureza das coisas, por acidentes, ou por azar, a eles não teria acesso. E vai fazê-lo ali, exatamente onde a família, os vizinhos, os amigos, o mercado ou a sociedade civil não o consegue fazer. Será, enfim, o último reduto do amparo.

3. Sucede que o Estado, só por si, não é sinónimo de cuidado e responsabilidade. Existem muitos exemplos de Estados no mundo que são exatamente o oposto daquilo que deveriam ser: são opressores e corruptos, com diminutas preocupações de preservação da dignidade humana, com ausência de cuidado com as diferentes gerações e sem noção de prossecução do interesse público. E é aqui precisamente que se vê a importância da Europa enquanto modelo: é precisamente no quadro europeu que os Estados se têm sabido moldar de um modo tal que se pode afirmar que se está em presença de Estados cuidadores e protetores, preocupados com as suas pessoas, sejam elas quais forem. Cidadãos nacionais, estrangeiros ou apátridas; crianças, jovens, adultos e idosos; trabalhadores e não trabalhadores; saudáveis e doentes, etc., etc., etc., independentemente da cor da pele, das opções ou orientações afetivas, das posses, do local de residência, ou de outros fatores. Estados que têm procurado, em resumo, construir e manter uma sociedade inclusiva. Com defeitos, é certo, mas inclusiva e equilibrada. Importa acentuar que, numa altura como a atual, em que todas as palavras e expressões podem ter segundos significados, e podem ser interpretadas de modo segregador ou discriminatório, afirmar a bondade e a superioridade do modelo europeu de existência não constitui o reflexo de uma visão arrogante, neo-colonialista ou preconceituosa do mundo, nem é reflexo de altivez ou arrogância de quem a preconiza, mas é simplesmente o resultado de uma constatação: é na Europa e nos Estados que a integram que as pessoas vivem melhor e atingem os melhores

índices de felicidade coletiva. Repete-se: "felicidade coletiva", e não, como em outros modelos, uma suposta felicidade individual alicerçada no poder do mercado, a conviver lado a lado com a carência, a doença, e principalmente a exclusão, resulte esta última da pobreza, da iliteracia, da feiura, de distância geográfica, ou simplesmente da ausência de *likes*.

4. Sucede que o modelo a que se vem aludindo pode estar em crise, seja por fatores internos, seja, principalmente, por fatores externos, derivados de um certo deslumbramento por ideias e discursos que absolutizam o individual, o efêmero e o vistoso. De um modo ligeiro, quase se poderia dizer que a *hollywoodização* da realidade pode colocar em risco uma forma de existência que se tem revelado adequada e equilibrada. De resto, para que os referidos índices de felicidade coletiva continuem a ser atingidos, e não regredam em termos tais que coloquem em causa a convivência social, essa Europa que defendemos necessita de se afirmar como um espaço sustentável, sob vários pontos de vista: financeiro, ecológico, social e institucional. São, portanto, quatro os pilares da sustentabilidade que se reclama para a Europa:

- a. Em primeiro lugar, só se consegue um modelo inclusivo e equilibrado se houver dinheiro. Significa isto que a sustentabilidade financeira — derivada do equilíbrio das contas públicas e privadas — é imprescindível para que se possa ajudar quem precisa, "trazendo" para a comunidade as pessoas que o queiram e que, por razões várias, se encontram fora ou distantes da mesma;
- b. Em segundo lugar, é necessário assegurar a sustentabilidade ecológica — muito falada e pouco praticada —, reconhecendo que os recursos naturais (solos, subsolo, águas, ar) são escassos e suscetíveis de esgotamento, e procurando-se que sejam utilizados de maneira responsável, de tal modo que continuem a existir em quantidade e qualidade tais que as gerações seguintes os possam utilizar de modo efetivo;
- c. Em terceiro lugar, é imprescindível que a própria sociedade seja em si mesma sustentável, seja porque se renova naturalmente — sem grandes desequilíbrios geracionais e com uma adequada ponderação de idades —, seja porque está em paz, convivendo de modo genericamente pacífico e sem grandes clivagens, tumultos ou revoltas;

- d. Por fim, interessa assegurar a sustentabilidade institucional, o que é conseguido através da legitimação e moralização dos eleitos e dos seus modos de atuação, reconhecendo nas atuações públicas altos graus de seriedade, transparência e dedicação ao interesse público.
5. Estes pilares de sustentabilidade devem considerar-se cumulativos e simultâneos, pois de nada adianta a obsessão por um ou dois deles, negligenciando os restantes. Se tal acontecer, poderão ser dispensados muitos predicados para caracterizar esse agregado social, mas "sustentável" não será seguramente um deles. Explicando: de nada adianta, por exemplo, a existência de finanças equilibradas e sãs (tendo "as contas em ordem") se tal é feito à custa da marginalização de grupos sociais e com elevados custos de desintegração social, com violentas e constantes manifestações de desagrado, tumultos ou greves; do mesmo modo, de pouco relevará o apaziguamento social e a relativa acalmia das expressões populares se, subjacente a tal, estiverem elevados índices de corrupção e pouca transparência de atuações; identicamente, se os recursos naturais se delapidam e degradam em termos irreparáveis e irrecuperáveis, as finanças equilibradas ou as instituições transparentes serão um argumento de pouca relevância, pois apenas estaremos a pensar "no momento". Enfim, exige-se dos atores públicos e políticos equilíbrio, ponderação e responsabilidade no sentido de considerarem os quatro pilares referidos e não apenas alguns deles, ao sabor das conveniências eleitorais e meramente conjunturais.
6. Neste quadro, a Europa e os seus Estados não devem cair na tentação de absolutização de qualquer um desses pilares. Infelizmente, é o que frequentemente acontece. Seja porque existem decisores políticos que têm uma patente obsessão pelo equilíbrio das contas públicas (pilar financeiro), esquecendo quase tudo o resto, seja porque existem outros que apenas se preocupam em agradar a eleitorados (pilar social), olvidando responsabilidades ambientais e financeiras que não poderiam nunca ser olvidadas. Existem os obsessivos pelo ambiente, pelas minorias, pelo défice, pelo mercado, pelos trabalhadores, pelos empregadores, pelas eleições, etc., sempre com visões redutoras, limitadas e, principalmente, irresponsáveis. É este o desafio da Europa: fazer jus ao seu estatuto de civilização cuidadora, atuando de modo integrado, completo e responsável, como exemplo para os restantes (como tem sido), e não se deixando

arrastar para os discursos fáceis, para a febre das mensagens ou das fotos apelativas, ou para as políticas de *power-point*.

7. Enfim, a Europa pode ser perspectivada de inúmeros modos: enquanto bloco geopolítico, enquanto mercado, enquanto conjunto de instituições, enquanto arena eleitoral, enquanto destino de movimentos migratórios, enquanto fonte de financiamento, enquanto fórum de competições desportivas ou musicais, entre outros. Cada um tentará captar a sua essência de acordo com o enfoque que mais lhe interessará, embora muitas vezes se negligencie que essa mesma Europa deve ser vista de um modo global e quase universal, sinónimo de um modelo de existência comunitária — uma "civilização" — que, segundo cremos, ainda não encontrou alternativa à altura. É esta Europa sustentável que é precisa: uma Europa responsável e intergeracional, que se preocupa e que procura cuidar das pessoas, das existentes e das que virão a existir. Não a Europa da aparência e do discurso estéril, que patrocina políticos fracos, que viaja em classe executiva, que se perde em reuniões meramente burocráticas, ou que perde tempo em discursos demagógicos.

O papel dos jovens é, neste quadro, decisivo.

Jovens europeus não são jovens da cultura *reality show*, da obsessão pelos *likes*, da linguagem "tipo...", do topo de gama, e do fascínio pelas ideias fáceis. São jovens que se integram num modelo que devem defender, e que, por isso, têm responsabilidades acrescidas. Muitas vezes têm de ser mais responsáveis do que quem os antecedeu.

Joaquim Freitas da Rocha  
Professor na Escola de Direito da Universidade do Minho  
jfrocha@direito.uminho.pt